

PATRIMÔNIO CULTURAL: PRESERVAÇÃO, SALVAGUARDA E CONSERVAÇÃO DE BENS CULTURAIS

Jayme Spinelli Junior

INTRODUÇÃO

No início dos anos 1980, durante o curso de pós-graduação em arqueologia no Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), surgiram meus primeiros contatos com o estudo da conservação de bens culturais com os materiais arqueológicos. A partir daí a busca por novos conhecimentos se ampliou e o ingresso como aluno no Centro de Conservação e Restauração de Bens Culturais (Cecor) na Escola de Belas Artes da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) em 1981 foi definitivo para minha formação enquanto profissional nessa área de trabalho, onde atuo até os dias de hoje.

O aprendizado foi vasto e intenso como se previa. O campo da conservação de bens culturais apresentou-se em três grandes categorias: pintura de cavalete/óleo sobre tela, pintura policromada/imaginária e papel/livros e documentos. Nesse grande cenário, quis o destino que me dedicasse à área de papel/livros e documentos.

Minha ida para Brasília ocorreu em meados de 1982. Com a missão principal de coordenar um grande laboratório de conservação e restauração de livros e documentos no anexo do Ministério da Justiça.

Esse laboratório foi criado de forma pioneira com a intenção de aproveitar a mão de obra de deficientes físicos. Esse foi, sem dúvidas, o ponto de partida de um excelente trabalho social e técnico que gerou enorme estabilidade na minha vida profissional enquanto conservador-restaurador na área de papel/livros e documentos.

O retorno para o Rio de Janeiro aconteceu no final de 1984. O ingresso na Biblioteca Nacional, a convite de sua diretora geral Célia Ribeiro Zaher, foi nesse mesmo ano. Meu trabalho principal foi chefiar o Laboratório de Restauração e Conservação que se encontrava em fase de modernização e expansão em decorrência da grande reforma na biblioteca em curso na época. Esse trabalho culminou com a criação do Centro de Conservação e Encadernação (CCE) e do Laboratório de Restauração (LR). Essas duas áreas técnicas passaram a compor a Coordenadoria de Preservação (COP) da Biblioteca Nacional.

Desde então, e durante os anos que se seguiram, assistimos à ocorrência de inúmeros desastres, guerras e ataques terroristas que destruíram bens culturais públicos e privados em todo o mundo. Esses fatos desencadearam mudanças nas atitudes e atuações dos gestores de grandes coleções documentais.

Além disso, a revolução tecnológica e as mudanças climáticas modificaram por completo a forma como vivemos. Não há mais tempo para imprevistos e os erros custarão mais caro. O caminho é a prática dos ensinamentos do que se convencionou chamar de “conservação preventiva”.

O dito popular “é melhor prevenir do que remediar” nunca esteve tão em voga como neste momento, gerando conhecimentos e ações proativas no âmbito do que conhecemos hoje como gerenciamento de riscos. Novos estudos e mudanças nas práticas deram lugar a ideias e ações para gestões de grandes coleções documentais com o foco na prevenção.

Atualmente, as ações de preservação têm sido descritas como uma forma abrangente de atuação compreendendo as áreas técnicas da conservação preventiva e reparadora, a reformatação que inclui a reprodução convencional e digital, a fotografia e a digitalização. A partir do crescimento na produção de informações divulgadas através dos mais diferentes suportes, estimulou-se o desenvolvimento de estudos e pesquisas que geraram o aperfeiçoamento e a execução dos princípios da preservação e da conservação preventiva, vistas como um conjunto de diretrizes e estratégias baseadas em estudos de ordem administrativa, política e operacional que contribuem para a permanência e durabilidade dos acervos e dos prédios que os abrigam.

Contudo, para entrarmos no contexto do campo da preservação de bens culturais vamos voltar no tempo até o início do pensamento sobre o conceito de patrimônio, que nos remete à Europa do século

XVIII, principalmente à França no período pós-Revolução Francesa, a partir de 1789. Naquele momento, o Estado assume em nome do interesse público, contra toda sorte de vandalismo que vinha ocorrendo, a proteção legal de determinados bens aos quais foi atribuída a capacidade de representarem a nação. Desse modo, o entendimento de patrimônio como um conjunto de bens fundamentais e com características específicas recebe atenções diferenciadas relacionadas aos bens arquitetônicos nacionais, em função das tradições vinculadas a esses bens, visando a criação do ideal de uma riqueza moral que expressa as riquezas da nação.

Segundo Maria Cecília Londres Fonseca¹, isso vem reforçar a noção de cidadania, na medida em que são identificados, no espaço público, bens que não são de exclusiva posse privada, mas propriedades de todos os cidadãos a serem utilizadas em nome do interesse público. E nesse caso o Estado atua como guardião e gestor desses bens, contribuindo para a construção do mito de origem de uma nação.

Podemos inferir que um dos grandes *Leitmotiven* para essas movimentações no sentido da criação de leis e de proteção pelo Estado sobre o que se convencionou chamar de bens culturais foi especialmente a grande inquietude com a ausência de ações de preservação e de salvaguarda. Desse modo, a preservação de bens culturais, por vezes onerosa, complexa e, num certo sentido, até contrária a alguns interesses públicos ou privados, torna-se justificável pelo alcance pedagógico que traz em si, como também alicerça o serviço direcionado à instrução dos cidadãos.

Segundo Fonseca², o imenso panorama da trajetória histórica sobre as ações de preservação do patrimônio desenvolvidas no Brasil pode ser melhor entendida através de um quadro cronológico com ênfase em três momentos marcantes no desenvolvimento e evolução dessa política: o primeiro dito heroico, que se inicia nos anos 1930 com o anteprojeto da criação do Sphan indo até 1967, com o término da gestão de Rodrigo de Melo Franco de Andrade; o segundo chamado intermediário, que se estende de 1967 a 1979, período em que o Sphan luta por adaptar-se às novas demandas políticas nacionais e internacionais, interagindo com instituições federais que já atuavam no campo da preservação e o terceiro dito moderno, que se refere ao período da gestão de Aloísio Magalhães, de 1979 a 1982.

1 Maria Cecília Londres Fonseca, *O Patrimônio em Processo: Trajetória da Política Federal de Preservação no Brasil*.

2 *Idem*.

SOBRE A HISTÓRIA DO PAPEL

No transcorrer da história da humanidade, a invenção da escrita talvez tenha sido a conquista mais significativa que possibilitou o acúmulo do saber humano. E o livro nesse cenário tem servido de memória enquanto elemento vital, como testemunho portátil e de informação para a elaboração e fixação do conhecimento. Por vezes, é difícil imaginar uma época em que esse constante acúmulo de conhecimento venha a ser interrompido, mas há sinais claros de que nossa memória coletiva está sendo gradualmente destruída.

Chama a atenção o colapso gradual sobre a qualidade da matéria-prima, o papel, com o qual enormes quantidades de livros vêm sendo impressos desde a invenção dos tipos móveis por Gutenberg por volta de 1450, tornando-se tanto causa quanto efeito da maior disponibilidade ao uso do papel. Inicialmente, o papel tinha excelente qualidade como produto da combinação de trapos de linho, da ausência de substâncias químicas, do mínimo processamento mecânico e da abundância de água limpa, produzindo assim milhares de livros que ainda hoje se encontram em excelente estado de conservação, e são conhecidos como livros raros impressos em papel de trapo.

Assim sendo, na medida em que aumentou a demanda na impressão de livros, a qualidade do papel começou a decair, em decorrência principalmente da falta de matérias-primas consideradas puras, dos avanços da tecnologia e do crescente uso de substâncias químicas para acelerar o seu processo de fabricação.

A deterioração da qualidade do papel se deu de forma lenta, porém, em meados do século XIX, mais precisamente a partir de 1850, acelerou. Teve início o uso de fibras vegetais consideradas impuras, surge a fibra de celulose da madeira. Esse fato trouxe novo alento aos produtores, porém, em curto prazo, descobriu-se que as fibras de polpa de madeira são curtas e retêm grande quantidade de uma substância resinosa chamada lignina.

Tais fibras, quando não são quimicamente purificadas, ou seja, quando não se executa a completa remoção dessa substância, com o passar do tempo, tornam-se agentes agressores, conferindo ao papel características de acidez, que o enfraquecem.

Certamente, a descoberta e a adoção do papel permanente/alcalino para a impressão de livros, já em uso em diversos países, como resultante da combinação do prático com o científico, ressaltam que as pesquisas para a conservação de livros e documentos deve ser sempre interdisciplinar. No Brasil já encontramos papéis e cartões alcalinos para diversos usos, porém ainda terá que acontecer grande conscientização dos livreiros e das editoras ao uso pleno

desse novo tipo de papel, com vistas à sua permanência e durabilidade para o futuro.

SOBRE A CONSERVAÇÃO PREVENTIVA E A CONSERVAÇÃO REPARADORA

A preservação e a salvaguarda de acervos bibliográficos e documentais são vistas, de modo geral, como uma grande “capa protetora” que engloba todas as ações técnico-científicas destinadas a essa finalidade, trazendo em si um sentido amplo e abrangedor. Estende-se desde ações executadas para a manutenção das condições físicas, à permanência e durabilidade dos acervos e dos edifícios, indo até decisões de escolha sobre o melhor meio para uma possível reformatação de documentos (microfilmagem ou digitalização), no caso de necessidade de transferência de informações. Desse modo, devemos estar atentos para o conhecimento sobre o uso das novas técnicas provenientes dos avanços do saber humano em relação à preservação e à salvaguarda do patrimônio cultural.

A conservação preventiva reúne alguns aspectos como: controle e manutenção das condições ambientais relacionadas a umidade relativa, a temperatura e a emissão de luz; nível de poluição do ar nas áreas de guarda; a limpeza das áreas destinadas à guarda de acervos contra possíveis ataques de agentes biológicos; formas adequadas de armazenamentos; escolha correta de materiais adotados para o acondicionamento de obras; atenção quanto ao correto manuseio de obras; higienização dos acervos; análise e gerenciamento de riscos capazes de atingir o acervo e o edifício; e normas para cessão de obras destinadas a exposições nacionais e internacionais. Tudo com o objetivo de retardar ao máximo qualquer tipo de degradação aos documentos.

Nesse contexto, tem grande importância o procedimento técnico de higienização dos acervos, que pode ser executado com o auxílio do equipamento mesa de higienização, manualmente com o auxílio de aspirador de pó, com o uso de lupa e algum instrumento de ponta e com o uso de pó de borracha ralada. O termo higienização, incorporado ao jargão técnico da conservação preventiva, descreve as ações de eliminação de sujidades generalizadas que se encontram sobre as obras, como poeiras, partículas sólidas, e eliminação de elementos estranhos à estrutura física do papel, como grampos e cliques de metal, objetivando entre outros fatores a permanência estética e estrutural das obras. Do mesmo modo que contribui como um grande raio x de todo o acervo, na medida em que cada obra, as estantes, as mapotecas e os armários onde os acervos estão armazenados são submetidos a ações de limpeza a seco e com o uso de um pano limpo e álcool gel ou líquido.

A conservação reparadora já apresenta características intervencionistas na estrutura dos suportes dos documentos, porém com um nível de aprofundamento específico. E apresenta-se com um elenco de procedimentos técnicos direcionados à recuperação de alguns livros e documentos deteriorados (gravuras, mapas, partituras musicais, cartas manuscritas etc.), no decorrer de sua vida útil e, na maioria das vezes, danos resultantes de manuseios, acondicionamentos e armazenamentos inadequados. Dentre esses danos, os mais comuns são os rasgos dos documentos e as perdas de partes dos suportes originais, as perdas de partes de encadernações, sendo as mais comuns a perda da lombada ou de partes dela e também de capas das obras.

Assim, reparos emergenciais são executados seguindo todos os critérios técnicos dentro do elenco das boas práticas de conservação, tais como: remendos, enxertos, obturações, consolidação de capas, reestruturação de lombadas de livros com vistas à recuperação da encadernação. O objetivo é sempre o retorno dos livros e documentos, o mais breve possível, ao convívio com os usuários. Desse modo, seguimos empenhados em manter o acervo vivo e pronto para consulta, executando atividades por vezes simples, mas que explicitam nossa postura na direção da preservação.

SOBRE A SALVAGUARDA

Em sua definição mais comum, a palavra salvaguarda refere-se a um mal a ser evitado, e por isso salvaguardar é assegurar a ausência de riscos e inferir sobre a previsibilidade de um futuro mais promissor. Desse modo, o termo denota uma relação entre o seguro e o risco, que pode ser natural ou humano, uma catástrofe física, um sinistro, tanto quanto uma ação humana inadequada podem se tornar uma ameaça ao homem.

Dessa maneira, a salvaguarda é vista como um bem comum e deve ser amplamente divulgada e garantida por meio de um conjunto de convenções sociais. Adotamos o entendimento sobre salvaguarda como um conjunto de elementos que formam um plano definido para impedir danos e combater os agentes prejudiciais a uma instituição cultural, abrangendo a proteção do edifício, dos bens, das coleções e dos usuários.

Na história da salvaguarda de livros e documentos observa-se que a destruição voluntária de obras tem causado o desaparecimento de cerca de 60% delas. Os 40% restantes devem ser atribuídos a fatores heterogêneos, entre os quais se destacam os desastres naturais (incêndios, furacões, inundações, terremotos, maremotos, ciclones, tempestades tropicais etc.), a ação de agentes biológicos (como o ataque de

traças, brocas, cupins etc.), as mudanças culturais (como, por exemplo, a extinção de uma língua) e também a qualidade dos materiais de fabrico de livros e documentos (a presença de ácidos nos papéis do século XIX tem destruído milhões de obras). É difícil conviver com essas questões, porém o certo é que, neste momento, enquanto você lê este texto, pelo menos um livro ou um documento está desaparecendo para sempre.

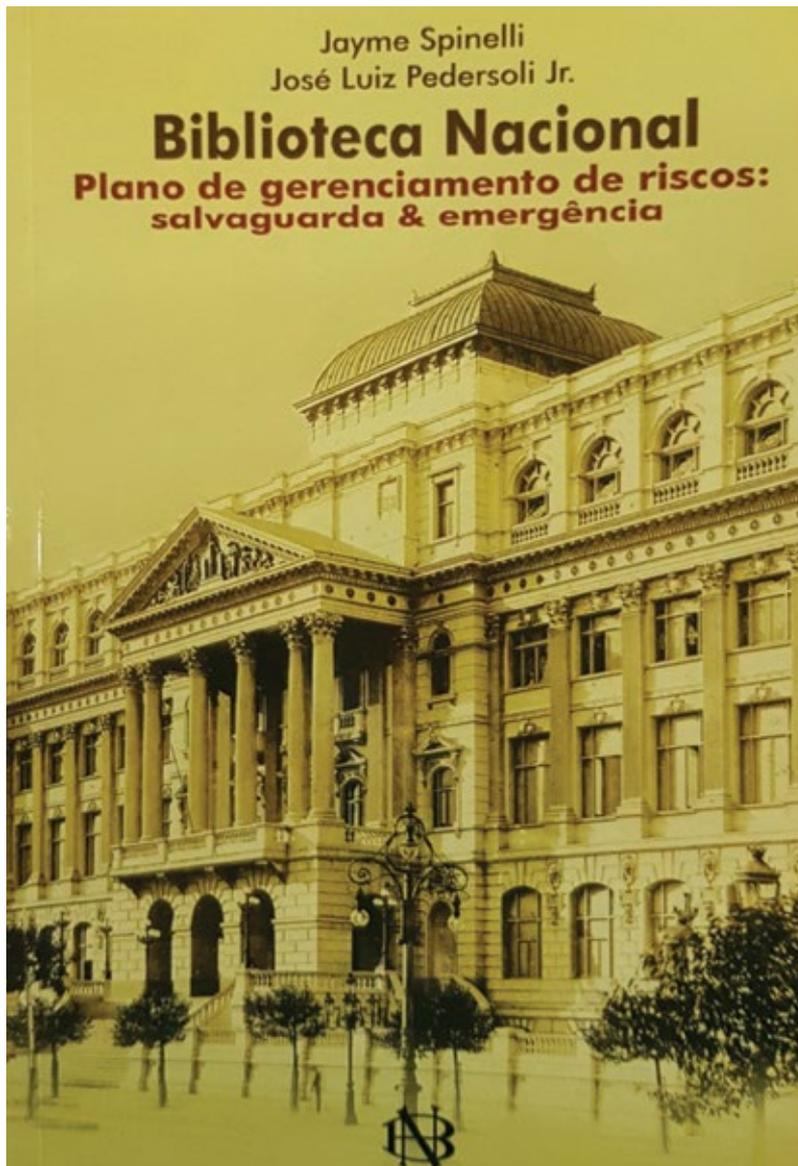
Assim sendo, a salvaguarda toma proporções totais em uma instituição cultural, abrangendo o conjunto do prédio e o seu acervo, a área física ao seu redor, as diversas formas de acesso, os funcionários, os usuários e a administração. E, por fim, determina as ações precisas e pontuais que irão possibilitar desempenhos técnicos e adequados à permanência de uma trajetória tranquila e sadia para todos.

SOBRE A AVALIAÇÃO DE RISCOS

Já há um consenso entre os conservadores-restauradores e os profissionais que trabalham em instituições culturais de que na maioria dos casos os chamados riscos de acidentes e desastres podem ser minimizados, reduzidos ou ainda totalmente eliminados se a instituição tiver e implantar um programa amplo de emergências. E esse programa deve ser ao mesmo tempo específico e sistemático e também entendido por todas as pessoas que trabalham, pesquisam ou simplesmente visitam a instituição.

O objetivo principal do programa de emergências deve ser o fornecimento e o esclarecimento dos meios para *reconhecermos* (com o estabelecimento do contexto por meio de levantamento de dados e informações relevantes sobre todas as áreas que compõem a instituição cultural, promovendo assim uma avaliação quantitativa e qualitativa na distribuição de valor das coleções, identificando de forma abrangente todos os riscos para a instituição); *prevenirmos* (com a elaboração de análise quantitativa da grandeza dos riscos identificados com vistas à priorização de ações e medidas preventivas) e *respondermos* (com a elaboração e implantação de um plano eficiente de tratamentos dos riscos) com uma precisão efetiva para todas as emergências, ou seja, para situações críticas, acontecimentos perigosos ou fortuitos e os acidentes que por ventura ocorram.

Desse modo, a identificação dos riscos que podem ocorrer em uma instituição deve ser tratada com grande atenção, gerando possibilidades de reconhecimento dos problemas, das consequências e da extensão dos danos que podem vir a atingir um determinado acervo.



Descrevemos, nesse contexto, os agentes de riscos, seus efeitos e como danificam sobremaneira os acervos bibliográficos e documentais e seus edifícios:

1. *Forças físicas*: ocasionam danos decorrentes de explosões no edifício e de armazenamento errado de obras em estantes e mapotecas, gerando choques, vibrações, tensões, compressões, abrasões, deformações, rompimentos etc.

2. *Atos criminosos*: como furto, roubo e vandalismos, que causam o desaparecimento de itens de coleções, ocasionam mutilações de partes de documentos, desfigurações de obras e por vezes danos ao edifício da instituição.
3. *Fogo*: esse é sem dúvidas o pior desastre que pode acontecer a uma instituição cultural. Pode causar a queima total ou parcial do edifício gerando grande quantidade de fuligem, deformações estruturais em itens do acervo e partes do edifício.
4. *Água*: pode atingir o edifício e os acervos por meio de infiltrações, vazamentos, chuvas torrenciais, telhados problemáticos com goteiras e produzir danos como deformações, manchas generalizadas, enfraquecimento e desintegração de obras.
5. *Pragas*: propiciam danos por meio da proliferação de microrganismos (fungos, bactérias), insetos, roedores, aves (pombos, por exemplo) e morcegos. Ações que resultam em perfurações, manchas, defecação e o enfraquecimento de partes dos documentos.
6. *Poluentes*: acarretam danos em consequência do acúmulo de poeiras e partículas sólidas e dos demais elementos estranhos presentes na poluição do ar sobre os livros e documentos, ocasionando também corrosões, manchas e descolorações.
7. *Iluminação, radiação ultravioleta (uv) e infravermelho (iv)*: danos causados por exposição prolongada, direta ou indireta, à luz natural ou artificial, ocasionando o esmaecimento, descoloração, enfraquecimento, amarelecimento e o escurecimento de livros e documentos.
8. *Temperatura elevada, baixa ou em constantes variações*: propicia ações de deterioração mais acelerada por reações químicas como enfraquecimento e fraturas dos materiais que compõem os documentos.
9. *Umidade relativa incorreta, baixa ou em constantes variações*: possibilita o surgimento de microrganismos, deformações, manchas e o enfraquecimento dos suportes de obras.
10. *Dissociação*: permite a perda de item causada pela incapacidade permanente ou temporária de associá-lo às suas informações básicas, gerando seu desaparecimento dentro de um acervo.

A identificação dos agentes de riscos pode também ser relacionada a duas grandes categorias que os explicam, como os riscos externos, aqueles relacionados aos fenômenos naturais, às condições meteorológicas, à poluição atmosférica, à situação geográfica e social da área urbana no entorno do edifício da instituição; e os riscos internos, aqueles originários de falhas nas condições estruturais e arquitetônicas do edifício – de instalações elétricas, de materiais inflamáveis, de canalizações de água, de instalações sanitárias e de refeitórios problemáticas –, relacionados à

vigilância aos visitantes, usuários e funcionários, como também a todos os objetos que entram e saem do edifício da instituição.

Registramos também outro aspecto de grande importância no campo da salvaguarda que está relacionado à biossegurança, intrinsecamente ligada ao ambiente, à higiene e à segurança do trabalho e ainda diz respeito, numa avaliação de agentes de deterioração, àqueles relacionados aos *riscos químicos* (o contato com substâncias químicas e tóxicas, como solventes em geral, e outros produtos utilizados em limpeza de ambientes laboratoriais), os *riscos biológicos* (aqueles relacionados aos microrganismos e insetos em geral) e os *riscos físicos* (nesse caso dizem respeito ao campo ergonômico, que trata da otimização das condições de trabalho humano por meio de métodos da tecnologia e do desenho industrial).

SOBRE O GERENCIAMENTO DE RISCOS

A captação de recursos financeiros para a gestão da conservação preventiva em edifícios que abrigam instituições culturais é na maioria das vezes um grande problema enfrentado por aqueles que têm essa grande responsabilidade e por vezes se traduz como uma tarefa hercúlea. Contudo, é de vital importância todo o apoio estratégico e financeiro dispensado pelos dirigentes de instituições ao chamado plano de riscos, que entre seus objetivos distingue a proteção da vida humana como fator de importância máxima.

SOBRE O PLANEJAMENTO E A PREVENÇÃO DE DESASTRES

Não devemos esquecer que um desastre pode ocorrer a qualquer hora do dia ou da noite e em qualquer espaço da instituição. Um plano de prevenção a desastres deve ser visto como um contra-ataque ao desastre. É estatisticamente anunciado que a maior frequência de desastres em instituições culturais está relacionada ao fogo e à água, esses vilões que nos roubam o sossego e provocam grandes estragos em uma instituição cultural. Então, o responsável pela área onde pode acontecer o desastre deve fazer uma chamada de pedido de socorro imediato ao responsável pela equipe dos agentes de manutenção e administração, à equipe da brigada de incêndio civil, à equipe de conservadores-restauradores e à equipe de vigilantes e guardas da instituição. Uma lista com os nomes e telefones deve ser preparada e largamente divulgada na instituição. Outra ação proativa determinante é a existência de um kit de materiais disponíveis ao uso em caso de emergências por ação de água, que deve constar de folhas de papel mata-borrão, pano de chão, latas de lixo, aparelhos desumidificadores, ventiladores, extensões elétricas, tesouras, fitas-crepe, álcool gel ou líquido. Como também os itens que compõem

1



2



3



Figura 1. Os danos mais comuns são os rasgos dos documentos e as perdas de partes dos suportes originais, as perdas de partes de encadernações, sendo as mais comuns a perda da lombada ou de partes dela e também de capas das obras. Fonte: Laboratório de Conservação Preventiva da BBM-USP.

Figura 2. Livro em processo de higienização. Fonte: Laboratório de Conservação Preventiva da BBM-USP.

Figura 3. Uma das etapas da conservação interventiva (restauração). Fonte: Laboratório de Conservação Preventiva da BBM-USP

os EPIs, equipamentos de proteção individual, tais como: máscara KSN – peça semifacial filtrante (aprovada pelo Inmetro) CA 10578 20.02 PFF 2-S –; óculos de segurança e proteção Danny – Fênix – DA 14.500 – CA 9.722 ISO 9002 – com lente antirrisco; guarda-pó descartável da Dupont – Tychem – tamanho único e de manga comprida; luvas de vinil, caixa com cem unidades; e touca sanfonada descartável para proteção do cabelo – pp. 20.

Enfim, para que o planejamento de prevenção de desastres tenha êxito garantido, deve-se, em primeiro lugar, contar com o aval estratégico e operacional do corpo diretor e administrativo da instituição, com a cumplicidade e a parceria dos funcionários e de todos com funções de apoio na instituição. Além disso, são os princípios de solidariedade e de cidadania que devem ser aplicados, assim como a concepção geral da corresponsabilidade dos indivíduos enquanto cidadãos à frente dos perigos que os ameaçam. E diante de um quadro de proporções limitadas de recursos disponíveis para questões culturais hoje em nossa sociedade, torna-se inexorável nossa compreensão quanto à preservação de nossos bens culturais para as sociedades que virão. ●

SOBRE O AUTOR

Jayme Spinelli Junior é mestre em Bens Culturais e Projetos Sociais pelo Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas (FGV-RJ). Pós-graduado como especialista em Conservação e Restauração de Bens Culturais pelo Centro de Conservação e Restauração de Bens Culturais (Cecor) na Escola de Belas Artes (EBA) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), pós-graduado em Arqueologia pelo Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e bacharel em Arqueologia pela Universidade Estácio de Sá, Rio de Janeiro – RJ. Atua como conservador-restaurador de bens culturais e coordenador de preservação da Fundação Biblioteca Nacional.

PATRIMÔNIO CULTURAL:

PRESERVAÇÃO, SALVAGUARDA E CONSERVAÇÃO DE BENS CULTURAIS p.108

RESUMO Este artigo versa sobre experiências no campo da preservação, salvaguarda e procedimentos de conservação de bens culturais. Apresenta orientações, caminhos e atitudes relativas às questões desta natureza, importantes e vitais nesta era de tantas incertezas.

ACERVO • PRESERVAÇÃO • CONSERVAÇÃO • SEGURANÇA • PREVENÇÃO DE RISCOS • SINISTROS.

CULTURAL HERITAGE
PRESERVATION, SAFEGUARDING AND
CONSERVATION OF CULTURAL ASSETS

ABSTRACT This article is about the work experience in the field of preservation and conservation of cultural property, provides guidance and ways to procedures and attitudes relating to such matters, important and vital in this age of so much uncertainty.

COLLECTION • PRESERVATION • CONSERVATION • SAFETY • PREVENTION OF RISKS • ACCIDENTS.

REFERÊNCIAS

- BÁEZ, Fernando. *História Universal da Destruição de Livros: Das Tábuas Sumérias à Guerra do Iraque*. Rio de Janeiro, Ediouro, 2006.
- BECK, Ingrid et al. *Manual de Preservação de Documentos*. 2.ed. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 1991.
- BOITO, Camillo. *Os Restauradores*. 2.ed. Cotia (SP), Ateliê Editorial, 2003.
- BOMENY, Helena. “Três Decretos e um Ministério: A Propósito da Educação no Estado Novo”. In: PANDOLFI, Dulce (org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro, Editora FGV, 1999.
- BRANDI, Cesare. *Teoria da Restauração*. Cotia (SP), Ateliê Editorial, 2004.
- CALLOL, Milagros Vaillant; CARBÓ, María Teresa Doménech & RODRIGO Nieves Valentín. *Una Mirada Hacia la Conservación Preventiva del Patrimonio Cultural*. Valencia, Editorial UPV, 2003.
- CHOAY, Françoise. *A Alegoria do Patrimônio*. 3.ed. São Paulo, Estação Liberdade/Unesp, 2006.
- CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS. *Recomendações para o Resgate de Acervos Arquivísticos Documentais Danificados por Água*. CTPD/CONARQ/Arquivo Nacional. Disponível em: <http://conarq.arquivonacional.gov.br/images/publicacoes_textos/Recomendacoes_resgate_acervos_completa.pdf>. Acesso em: 18 jan. 2018.
- FONSECA, Maria Cecília Londres. *O Patrimônio em Processo: Trajetória da Política Federal de Preservação no Brasil*. 2.ed. Rio de Janeiro, Editora UFRJ/Minc-Iphan, 2005.
- LE GOFF, Jacques. “Documento/Monumento”. *Enciclopédia Einaudi*. Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1982, vol. 1.
- OGDEN, Sherelyn (ed.). *Administração de Emergências*. 2.ed. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional/Projeto Conservação Preventiva em Bibliotecas e Arquivos, 2001. Disponível em: <<http://www.arquivonacional.gov.br/images/virtuemart/product/Administra%C3%A7%C3%A3o%20de%20emerg%C3%Aancia.pdf>>. Acesso em: 18 jan. 2018.
- OLIVEIRA, Lucia Lippi. *Cultura É Patrimônio: Um Guia*. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2008.
- VIOLLET-LE-DUC, Eugene Emmanuel. *Restauração*. Cotia (SP), Ateliê Editorial, 2000.
- SPINELLI JÚNIOR, Jayme. *A Conservação de Acervos Bibliográficos & Documentais*. Rio de Janeiro, Fundação Biblioteca Nacional, 1997. Disponível em: <<https://www.bn.gov.br/sites/default/files/documentos/producao/documento-tecnico/conservacao-acervos-bibliograficos-documentais/aconservacaoacervosbibliograficosedocumentais.pdf>>. Acesso em: 18 jan. 2018.
- _____, & PEDERSOLI JÚNIOR, José Luiz. *Plano de Gerenciamento de Riscos: Salvaguarda & Emergência*. Rio de Janeiro, Fundação Biblioteca Nacional, 2010. Disponível em: <http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_obrasgerais/drg_plano_risco_por/drg_plano_risco_por.pdf>. Acesso em: 18 jan. 2018.